

Segregação urbana e distribuição da violência: Homicídios georreferenciados no município do Rio de Janeiro

Patricia S. Rivero

Professora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ

Este artigo é uma tentativa de identificar algumas das causas do elevado número de mortes violentas na cidade do Rio de Janeiro entre 2002 e 2006 por meio da análise dos dados georreferenciados das vítimas de homicídios. O texto comprova a existência de padrões de distribuição das mortes no território que delatam o aprofundamento da segregação social das populações das favelas mais populosas e dos bairros mais pobres, sendo os principais afetados pela concentração de vítimas, além da concentração do número de civis mortos pela polícia nessas áreas, tornando os territórios de pobreza locais onde a cidadania é escassa e não se cumpre com os direitos humanos fundamentais de respeito à vida e à segurança.

Palavras-chave: georreferenciamento, homicídios, violência, segregação, favelas

The article **Urban Segregation and the Distribution of Violence: Georeferenced Murders in Rio de Janeiro** represents an attempt to identify some of the causes of the high number of violent deaths in the city of Rio de Janeiro between 2002 and 2006, by means of georeferenced data analysis of homicide victims. The text proves that such deaths follow clear distribution patterns, demonstrating the depth of the social segregation. The most densely populated favelas and poorest areas of the city present the highest concentration of victims, as well as the highest concentration of civilians killed by the police, making these poor areas places where citizenship is bare and the fundamental human rights of respecting life and security are not upheld.

Keywords: georeferencing, murders, violence, segregation, favelas

Introdução

Recebido em: 01/07/10

Aprovado em: 15/07/10

Este artigo, baseado no estudo de caso da cidade do Rio de Janeiro, demonstra a existência de espaços territoriais nos quais direitos fundamentais como a vida e a segurança dos cidadãos não são cumpridos a contento. Segundo mostram alguns estudos (LEITE, 2005; MACHADO DA SILVA, 2008), essa situação seria resultado da existência nesses territórios seja de bandos armados de traficantes de drogas cujas disputas colocam em risco permanente a vida dos moradores desses locais, seja pela ação sistemática e letal de agentes de segurança do Estado, muitas vezes envolvidos em crimes.

O texto está baseado em uma pesquisa que teve como objetivo principal identificar os lugares em que moravam vítimas de homicídio e os relacionar aos locais em que se dão os crimes contra a pessoa, os homicídios em geral e as mor-

tes produzidas pela polícia em particular. A meta foi mostrar como as áreas de concentração de residências de vítimas de homicídio são também lugares em que se concentram outros crimes letais ou que ameaçam a vida das pessoas. Há três objetivos específicos a serem atingidos: 1) conferir se os lugares onde residiam as vítimas de homicídios são os mesmos ou ficam próximos do local em que tiveram lugar as mortes; 2) saber se as vítimas e os fatos de violência letal se concentram em favelas ou áreas próximas destas; 3) observar como se distribuem as mortes provocadas pela polícia por meio dos dados de registros criminais da própria polícia e os superpor aos dados anteriormente mapeados.

Para saber se a vitimização e a criminalidade letal aprofundam a segregação social e espacial das favelas, foi fundamental determinar se as áreas de favela coincidem com as de concentração das vítimas de homicídio. Demonstrando esses aspectos, estaremos cumprindo com os objetivos gerais do estudo, que visa estabelecer relações entre as condições de vida em diferentes áreas da cidade, a concentração de residências de vítimas de homicídios e a identificação dos lugares de concentração da violência por homicídios, incluídas mortes por violência policial.

Com essa finalidade, foram georreferenciados os locais de residência das vítimas de homicídio por setor censitário na cidade do Rio de Janeiro durante o período de 2002 a 2006, e mapeados os locais em que ocorreram as mortes. Esses dados foram superpostos aos lugares em que estão situadas as favelas na cidade, estabelecendo uma relação entre condições de vida e probabilidade de mortes violentas. Demonstra-se, com isso, que quem sofre mais com a violência por homicídios, sejam os produzidos por criminosos comuns ou por agentes de polícia, são as populações mais pobres e que habitam em favelas ou em áreas próximas destas, o que constitui um flagrante da distribuição desigual de direitos entre populações e por área da cidade. Os motivos para essa distribuição desigual dos homicídios no espaço urbano são múltiplos e complexos, tanto quanto o próprio fenômeno da violência, que comporta fatores multicausais. Este artigo pretende, então, apontar algumas razões que estariam na base da produção das desigualdades territoriais e de direitos fundamentais na cidade, o que pode servir de base para a elaboração de futuras políticas públicas.

Segregação pela violência e favelas

O fenômeno da violência letal (homicídios) no Brasil vem sendo analisado nos últimos 30 anos de forma sistemática por planejadores de políticas públicas, por centros de pesquisa independentes e por diversas instituições acadêmicas. Nas últimas décadas, esse tipo de violência, visualizada e reconhecida como tal, quase não para de crescer. Salvo a inflexão no número de vítimas de homicídios observada a partir de 2003, atribuída por alguns às campanhas de desarmamento e/ou à votação do Estatuto do Desarmamento (UNESCO, 2005; SOARES, 2006), e por outros, às políticas de segurança combinadas de nível municipal (KHAN, 2005), tem havido um crescimento linear nas últimas décadas. Comparando o estado e a cidade do Rio de Janeiro, de um lado, e o Brasil, de outro, comprova-se que entre 1979 e 2001 as cifras de mortes por homicídios no Rio de Janeiro só podem ser comparáveis às mortes causadas por guerras em diferentes épocas e países do mundo (SOARES, 2008, pp. 19-22). No período estudado, as taxas de homicídios dolosos (intencionais) na cidade do Rio têm se mantido praticamente estáveis, segundo dados disponíveis no Instituto de Segurança Pública (2010). No entanto, entre 2006 e 2008 houve uma queda de 7 pontos percentuais nessa taxa, o que significa uma redução de 396 mortes por homicídio (CESeC, 2010; ISP, 2010). Porém, essa queda não se mantém estável, havendo um aumento de 86 homicídios dolosos em 2009 (ISP, 2010). As informações disponíveis sobre os óbitos por agressões no município do Rio de Janeiro confirmam a queda de mortalidade por essa causa a partir de 2006 e até 2008 (DATASUS, 2010). A incipiente variação no número de homicídios intencionais não permite formular projeções de tendência que possibilitem fazer previsões sobre a durabilidade dessa queda. E sugere que os dados utilizados neste estudo tenham considerável atualidade.

Este trabalho limita-se ao homicídio por ser este um tipo de manifestação da violência cuja tipificação como crime é consensual (SOARES, 2008) e cujas informações a respeito estão disponíveis e são mais facilmente quantificáveis com menor margem de erro em comparação com outros crimes (SOARES et al. 2003; CANO e SANTOS, 2001). Trata-se dos homicídios intencionais, que além de

estarem tipificados legalmente como tais são reconhecidos socialmente como atos de violência, no sentido do uso da força ilegítima de tipo instrumental (ARENDR, 2009). Também se trata de flagrante violação ao direito à vida e à segurança, direitos humanos fundamentais reconhecidos pela legislação internacional e proclamados constitucionalmente, embora muitas vezes violados (ADORNO et al., 2007; MESQUITA, 2002).

A morte por homicídios atinge principalmente as áreas urbanas mais povoadas, as grandes regiões metropolitanas e, nos últimos anos, estaria se espalhando para cidades menores (WAISELFISZ, 2008). Alguns estudos, que vinculam o processo acelerado de urbanização e o crescimento das taxas de homicídios, relacionam a violência letal com o adensamento desordenado das cidades, o aumento da pobreza e a desigualdade social, com o incremento de espaços urbanos de moradia precária e irregular e fundamentalmente com o aprofundamento de processos de segmentação socioterritorial nas metrópoles – por exemplo, Ribeiro (2004, p. 13): “As nossas metrópoles, seu tamanho, suas desigualdades, suas favelas e periferias, sua violência, são consequências necessárias da histórica disjunção entre economia, sociedade e território, que caracteriza a nossa expansão periférica na economia-mundo capitalista”.

Outras análises dão ênfase à associação de dados de homicídios com índices de pobreza e/ou desigualdade, e descobrem que o fenômeno não é explicado de forma direta por meio dessas variáveis, constatando que a desigualdade pode estar mais associada do que a pobreza à vitimização por homicídios (CANO e SANTOS, 2001). Mesmo que não se comprove uma relação linear entre vítimas de mortes violentas e pobres ou locais de concentração de homicídios e moradia irregular e precária, essas representações sociais têm sido significativas, como mostra Misse (1995) referindo-se às “cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil”.

Outras perspectivas associam o crescimento dos assassinatos a fatores de ordem cultural, social e institucional. Estudos de caso de modalidade qualitativa demonstram o surgimento de um tipo de sociabilidade na qual os instrumentos de violência, assim como seus resultados, fazem parte das

inter-relações de populações inteiras que vivem na ilegalidade e muitas vezes também na pobreza, submetidas tanto à ação dos agentes da violência (bandos armados, criminosos, policiais corruptos) quanto à ordem social discriminatória (MACHADO DA SILVA, 2004; 2008).

Nesse caso, o aspecto espacial é correlato da dimensão social associada à falta de universalização da cidadania ou, na expressão de Lautier (1997), à “cidadania escassa”. Portanto, a identificação dos territórios de pobreza e a vitimização ocorrem de forma paralela à demarcação de locais de moradia de populações cujos direitos não são reconhecidos na prática cotidiana pelos próprios membros das instituições estatais que agem nas margens do Estado, como abordado por alguns autores (LEITE, 2008; BIRMAN, 2008).

Por esse motivo, neste artigo é analisada a distribuição espacial da violência letal, especificamente a localização das vítimas de homicídio no município do Rio de Janeiro, tendo-se como referência o local em que estas moravam e o lugar onde se produziu a morte, e a relação com a localização das favelas. Parte-se da hipótese de que há áreas na cidade que concentram tanto a vitimização como a criminalidade e que reproduzem de forma constante uma separação social no espaço urbano, por meio de atributos socialmente construídos sobre pessoas e territórios. A localização da violência nesses espaços pode contribuir para o aprofundamento da estigmatização, acentuando os motivos da separação e aumentando a desigualdade entre populações e áreas. Como resultado, há *favelas* que constituem territórios privatizados por grupos paraestatais, e em que a legitimidade desses grupos sustenta-se no uso da força e no retraimento ou na participação atemorizante do Estado, por meio do uso indevido da violência policial (BURGOS, 1999). É dessa relação que se constroem politicamente a percepção da *violência urbana* e o *problema das favelas* na cidade (MACHADO DA SILVA, 2006, pp. 15-17). Assim, espacializa-se a nova questão social, e algumas das características como a erosão do espaço público, a desertificação organizacional e o abandono dos serviços públicos, características da “descivilização”, parecem se cumprir nesses locais (WACQUANT, 2008, p. 36). No Brasil, análises como a de Caldeira (2000) estudam a separação na cidade e apontam para o reforço da divisão entre cidadãos e

não cidadãos consolidada no espaço territorial urbano, diferenciando as populações segundo o local de residência e lhes atribuindo categorias diferenciadas não só de acesso aos bens, como também aos direitos.

Nesse sentido, este texto demonstra uma dimensão mapeada da segregação social pela violência, na medida em que alguns lugares da cidade apresentam alta concentração de vítimas, constituindo-se em locais em que os direitos das populações não são respeitados.

Dados georreferenciados

Foram georreferenciados 11.255 óbitos por homicídio, do total de 13.727 registros ocorridos entre 2002 e 2006 no município do Rio de Janeiro, considerando apenas pessoas *residentes* no município e os que informavam o endereço de residência da vítima. Os indicadores utilizados foram os seguintes: número e taxas de morte por homicídio por local de residência da vítima e de ocorrência da morte para um período determinado (2002 a 2006), número de autos de resistência¹ por área, número e identificação de favelas por local para verificar se existe relação entre essas áreas e o lugar das mortes. As unidades de análise são os indivíduos vítimas de homicídio durante o período e lugar selecionados.

As unidades geográficas trabalhadas são: o município do Rio de Janeiro, por setor censitário (residências de vítimas), por bairro (ocorrência das mortes e relação entre ocorrências e residências), por área de planejamento (relação entre lugar de ocorrência das mortes com lugar de residência das vítimas).

Combinaram-se análises quantitativas fundamentalmente descritivas (tabulações, percentuais, taxas), estatística bivariada (índices de correlação) e análises operacionais geográficas de georreferenciamento e operações geográficas de agregação, construção de índices e taxas no espaço, acompanhados de sua representação gráfica, neste caso o mapa. Realizaram-se tabulações, cruzando informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre população, estimativas populacionais feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) baseadas em informações

1 Auto de resistência é uma categoria criada pela polícia para classificar as mortes produzidas em confronto com os agentes de segurança.

censitárias do IBGE, informações sobre os bairros e áreas da cidade, e arquivos *shape* para a realização de mapas provenientes do Instituto de Urbanismo Pereira Passos (IPP) da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Utilizaram-se os dados do local de residência das vítimas de homicídio associados aos de local de ocorrência dos óbitos. Superpuseram-se os dados georreferenciados no estudo de Rodrigues e Rivero (2009), que identifica as Áreas de Concentração de Vítimas (ACVs) de homicídio por residência aos dados de ocorrência dos homicídios obtidos das informações cedidas pela Secretaria Municipal de Saúde. Foi aplicada a técnica do *buffer*, traçando-se um raio de influência em torno dessas áreas acima dos dados das taxas de ocorrência, como forma de estimar a possível distância que poderia existir entre lugar de moradia das vítimas e lugar em que elas morrem².

Com o uso do índice de correlação r de Pearson verificou-se a relação entre local de residência da vítima e ocorrência do óbito por bairro e por área, com o objetivo de determinar a unidade geográfica que mais os aproximava. Construíram-se taxas de homicídios para as diversas unidades geográficas e a sua distribuição espacial, utilizando como unidade geográfica a Área de Planejamento (AP), o bairro e a Área Integrada de Segurança Pública (Aisp). Quando analisadas por Área de Planejamento, foram consideradas as características socioeconômicas de cada uma dessas e relacionadas com as taxas de vitimização. Superpuseram-se esses indicadores às ACVs, tentando construir um mapeamento mais completo da violência letal na cidade.

As fontes de dados foram os registros de óbitos produzidos pela Secretaria Municipal de Saúde e centralizados pelo Ministério da Saúde no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (DataSUS), que informam sobre o local de residência da vítima e da ocorrência do óbito. Essa fonte, que tem sido melhorada nos últimos anos, é considerada como confiável se comparada com os registros da polícia (SOUZA et al., 1997; CANO e SANTOS, 2001; DIRK, 2007). No entanto, em 2002 as mortes de intenção indeterminada no município do Rio de Janeiro e no Brasil todo representavam 10% das mortes por causas externas, mas em 2006, enquanto no Brasil eram 7,1%, no Rio a proporção tinha aumentado para 15,8%, chamando a atenção para a qualidade

2 Esse raio foi determinado em um quilômetro, levando em consideração estudos anteriores que comprovam que a maioria das mortes por homicídio em outras capitais do Brasil ocorre no raio dessa distância do domicílio da vítima.

dos dados de mortalidade neste município³. Diferentemente, os lugares em que se concentram as ocorrências do fato criminal que acaba em morte são detectáveis só a partir dos dados que constam nos Registros de Ocorrência (ROs) da Polícia Civil, que reúne todas as informações sobre as ocorrências criminais. A base com os microdados da polícia não esteve disponível e também é conhecida por apresentar problemas de imprecisão para a identificação dos endereços de ocorrência (MIRANDA, 2005; DIRK, 2007). Igualmente, utilizaram-se os dados de polícia disponíveis publicamente, cuja unidade geográfica menor foi a Área Integrada de Segurança Pública (Aisp), composta por diversos bairros. Os dados policiais informam sobre os homicídios e a distribuição das mortes por polícia, que aqui serão associadas aos locais de concentração das vítimas.

3 Dados extraídos do DataSUS em 2010 e percentuais calculados pela autora.

4 Estudo relacionando o local de residência da vítima e o de ocorrência da agressão com os dados de agressão (do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde) e as informações do Departamento Médico Legal sobre o lugar do óbito foi realizado por Santos, Barcellos, Carvalho e Flôres (2001) para Porto Alegre. Nele, comprovou-se que em 67,3% dos casos a distância máxima entre o local de ocorrência da agressão e residência da vítima foi cerca de um quilômetro. No entanto, em 50% dos casos, a distância máxima foi de 310 metros. Souza, Assis e Silva (1997) concluem que os homicídios vitimizam preferencialmente os próprios moradores das áreas. No entanto, nesse estudo não se trabalha com georeferenciamento por setor censitário, senão pelo fato de que a unidade é a Área Programática de Saúde do Município, unidade que nucleia vários bairros.

Morando perto da morte

Embora o lugar de moradia da vítima possa ser diferente do lugar em que os crimes são cometidos, a literatura a respeito mostra que em outras cidades esses dois locais são próximos (BEATO, 2001; SANTOS et al., 2001; SOUZA et al., 1997). Essa indagação é um dos objetivos da análise, já que na cidade do Rio de Janeiro não há estudos precisos sobre esse ponto.⁴ Comprovar que o lugar em que moravam as vítimas é onde elas são assassinadas significa mostrar que há lugares em que se concentram tanto a vitimização como a criminalidade. Este artigo mostra essa relação, confirmando que há proximidade entre o lugar da ocorrência do fato e o lugar onde a morte foi registrada.

Ocorrências de homicídios e residências das vítimas letais por área

A análise da distribuição por Área de Planejamento dos locais de ocorrência das mortes por agressão e a relação com o local de residência das vítimas ajudou na compreensão dos fenômenos da distribuição desigual dos direitos humanos e da escassez de cidadania, constatada quando só alguns locais de residência na cidade representam maior risco de morte para os seus moradores.

É necessário frisar que o universo mapeado foi restringido às vítimas residentes no município do Rio e cuja morte também ocorreu neste mesmo lugar, evitando a distorção que poderia ocorrer pelo deslocamento de pessoas. Do total de pessoas assassinadas entre 2002 e 2006 no município, 80,2% eram residentes e 19,8% eram de outros municípios.

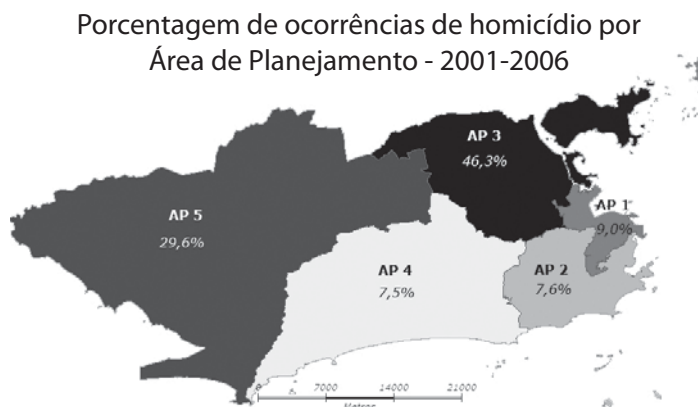
A cidade do Rio de Janeiro é dividida em cinco grandes Áreas de Planejamento (AP), que são compartimentos socioespaciais criados para o macroplanejamento urbano da cidade. Essas áreas nucleiam diversos bairros e regiões administrativas e são as unidades geográficas maiores utilizadas para compreender a cidade, combinando características de ordem urbana e socioeconômica, como mostra a seguinte tabela:

Tabela 1

Cidade do Rio de Janeiro. População Total, proporção da população em favelas e serviços urbanos, por Área de Planejamento e estrato de classe da área, 2000.						
Área de Planejamento por principais estratos de classes sociais	População total		População de favelas		a/b %	População com todos os serviços urbanos (%)
	N (a)	%	N (b)	%		
Rio de Janeiro	5.857.904	100	1.092.476	100	18,65	90,67
AP1 - Classe Média Baixa - Centro histórico	268.280	4,58	76.787	7,03		28,62
AP2 - Classe Média Alta e média alta - Área costeira e Central	997.478	17,03	146.538	13,41	14,69	94,98
AP3 - Classe média e baixa - próxima do subúrbio	2.353.590	40,18	544.737	49,86	23,14	93,91
AP4 - Classe alta e média alta - área rica em expansão	682.051	11,64	144.394	13,22	21,17	82,43
AP5 - Classe baixa - subúrbio afastado	1.556.505	26,57	180.020	16,48	11,57	86,29

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Censo 2000 - Tabulação do Instituto Pereira Passos (IPP), Município do Rio de Janeiro, 2007.

Para identificar os fenômenos de violência, foram mapeadas as ocorrências das mortes na cidade por AP, o que permite uma visão mais clara da distribuição das taxas de vitimização. O seguinte mapa mostra essa distribuição:



Fonte: Microdados DataSUS, Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Mapa elaborado pelo autora

Observam-se no mapa os padrões de concentração, sendo a Zona Norte (AP3) a que mais concentra, seguida da Zona Oeste (AP5) e do Centro da cidade (AP1)⁵. A tabela a seguir mostra as porcentagens de superposição entre às áreas e a diferença entre áreas de ocorrência dos óbitos e a residência das vítimas.

Tabela 2

Porcentagem de ocorrências e residências das vítimas de homicídio ocorridas nas mesmas e em diferentes Áreas de Planejamento - Rio de Janeiro 2002-2006

		AP ocorrência					Total Ocorrências
AP_residência		1	2	3	4	5	
1	% ap res	63.9	11.3	20.5	1.0	3.4	100.0
	% ap oc	58.6	11.4	3.3	1.0	0.8	7.5
	% Total	4.8	0.8	1.5	0.1	0.3	7.5
2	% ap res	13.0	66.3	13.5	3.3	3.8	100.0
	% ap oc	11.2	62.6	2.0	3.1	0.9	7.0
	% Total	0.9	4.6	0.9	0.2	0.3	7.0
3	% ap res	3.6	2.5	88.1	1.8	4.0	100.0
	% ap oc	20.2	15.5	85.4	10.8	6.0	45.3
	% Total	1.7	1.2	39.9	0.8	1.8	45.3
4	% ap res	3.3	5.1	17.2	67.6	6.9	100.0
	% ap oc	3.5	6.0	3.2	79.7	2.0	8.7
	% Total	0.3	0.4	1.5	5.9	0.6	8.7
5	% ap res	1.7	1.1	9.1	1.2	86.9	100.0
	% ap oc	6.6	4.6	6.1	5.3	90.3	31.5
	% Total	0.5	0.3	2.9	0.4	27.4	31.5
Total	% ap res	8.2	7.4	46.7	7.4	30.3	100.0
	% ap oc	100	100	100	100	100	100.0
	% Total	8.2	7.4	46.7	7.4	30.3	100.0

Fonte: Microdados DataSUS, Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Elaborado pela autora

5 Geralmente se divide a cidade do Rio de Janeiro de acordo com as coordenadas dos pontos cardinais e apesar de não coincidir exatamente com a divisão em APs, há aí uma relação muito estreita. Portanto, falaremos de APs e Zonas quase indistintamente, fundamentalmente no caso em que elas coincidem. A relação entre zonas da cidade e APs seria a seguinte: AP1 é o Centro, a Zona Central; AP2 é basicamente a Zona Sul, embora compreenda também alguns bairros da Zona Norte; AP3 é a Zona Norte; AP4 é a Zona Sudoeste; e AP5 a Zona Oeste.

Na diagonal da tabela, observam-se as porcentagens de óbitos por agressão dentro de cada área de residência cuja ocorrência pertença à mesma área e vice-versa. Nas linhas, aparecem as porcentagens de óbitos dos residentes na AP e de ocorrências para estes residentes por AP. As colunas mostram as porcentagens de ocorrências de óbitos por AP e a distribuição destas de acordo com a área em que residiam. A tabela confirma o mesmo perfil de distribuição das mortes do mapa. A AP com maior proporção de ocorrências de homicídios e residências de vítimas de homicídio é a AP3 (45,3% e 46,7 %, respectivamente), seguida pela AP5 (30,3% e 31,5% das vítimas de residência e ocorrência respectivamente) e pela AP1. Em todos os casos, a tabela informa que as pessoas morrem majoritariamente na área em que residiam. No caso desta última, as porcentagens de coincidência entre residência e ocorrência são menores que no resto das AP. Isto porque a AP1 engloba bairros do Centro, onde a população é flutuante e não é residente. Um nível de 20,5% das vítimas que ali residem têm a ocorrência de morte

registrada na AP3 (Zona Norte) e 11,2% na AP2 (Zona Sul). Uma porcentagem importante das mortes que ocorrem nessa AP é de vítimas domiciliadas na Zona Norte ou na Zona Sul. Significa que mais de 30% dos residentes do Centro morrem na Zona Norte ou na Zona Sul. Assim como similar porcentagem dos que morrem no Centro são residentes da Zona Norte ou Zona Sul da cidade, confirmando esta área também como lugar de flutuação que liga os espaços de vitimização.

O caso da AP3 chama a atenção por ter a maior proporção de vítimas residentes cuja ocorrência de morte também é na área (88%). Quem não é assassinado dentro da área tem a morte registrada na AP5 ou na AP1. Os dados confirmam essa AP como um aglomerado de concentração de violência, seja pelas vítimas residentes nela ou pela ocorrência de óbitos de residentes em outras áreas. A AP4 também tem uma proporção importante de residentes cujo óbito aparece na AP3 (17,2%), nas AP5 (6,9%) e AP2 (5,1%), todas limítrofes. As ocorrências de óbito estão mais concentradas ainda do que as residências na própria AP (79,7%), porém há uma proporção de 10,8% destas que pertence a vítimas moradoras da AP3. Além de serem áreas limítrofes, também pode ser importante o sistema de conexão entre as áreas que condiciona os deslocamentos tanto das vítimas como dos agressores de uma área para outra, particularmente no caso dos que residem em uma área e morrem em outra e vice-versa.

A AP5 conta com alta proporção de concentração na própria AP e sobretudo de ocorrências de óbitos por homicídio (86,9% e 90,3%). Porém, ainda uma proporção de ocorrências dos residentes desta AP concentra-se na AP3 (9,1%). Além de ser a área mais isolada dos centros econômicos e urbanos da cidade, as poucas conexões rodoviárias a vinculam à AP3 mais do que às outras áreas. Entre as ocorrências, 6% eram vítimas residentes da AP3.

Por último, os índices de correlação (r de Pearson) entre os óbitos das vítimas por local de residência e a ocorrência por AP e por bairro mostram para ambos os casos correlação significativa (com valores entre -1 e 1), mas o índice de correlação (que mede a força da associação) é bem maior entre as APs ($r = 0,79$) do que entre os bairros ($r = 0,27$). Isso porque é muito mais provável encontrar coincidência entre local de residência de vítimas e ocorrência do óbito quando

consideradas áreas maiores. Por exemplo: é mais provável encontrar uma vítima que morava na área 5 e morreu dentro dessa mesma área do que uma que morava no bairro de Paciência e tem a ocorrência do óbito no mesmo bairro. E ainda, os coeficientes demonstram que embora as vítimas de homicídio não tenham vivido e morrido no mesmo bairro, viveram e morreram, na maioria dos casos, em bairros que pertencem à mesma área.

De acordo com esses dados, podemos concluir que além da superposição dos locais em que as vítimas moravam e em que os seus corpos são encontrados, a AP3 concentra a maior parte das residências das vítimas e das ocorrências dos óbitos próprios e provenientes de outras APs. A AP5 também tem alta concentração de residências e ocorrências, embora poucas sejam provenientes de outras áreas. Esse resultado evidencia a distribuição desigual da violência na cidade, relacionando-a com algumas características socioeconômicas (ver Tabela 1) e de infraestrutura de serviços urbanos, assim como também com o sistema urbano de conexão e a mobilidade entre elas (ver Plano Diretor de Transporte Urbano, 2005). Esse fator pode estar contribuindo também para a distribuição localizada da violência. No entanto, estudos mais aprofundados na linha da mobilidade urbana poderão contribuir para demonstrar essa suposição.

Claramente, a concentração das vítimas de homicídios se dá nas áreas em que moram os estratos sociais menos favorecidos e onde há uma intensa circulação de pessoas: AP3 ou Zona Norte, AP5 ou Zona Oeste não litorânea, e no Centro. Enquanto as taxas nesses locais elevam-se a mais de 50 homicídios por cada 100 mil habitantes, chegando na AP1 a mais de 80 em 100 mil, nas áreas em que moram as populações mais abastadas, como a AP4 e AP2, as taxas médias são menos elevadas (33 em 100 mil e 21 em 100 mil, respectivamente).

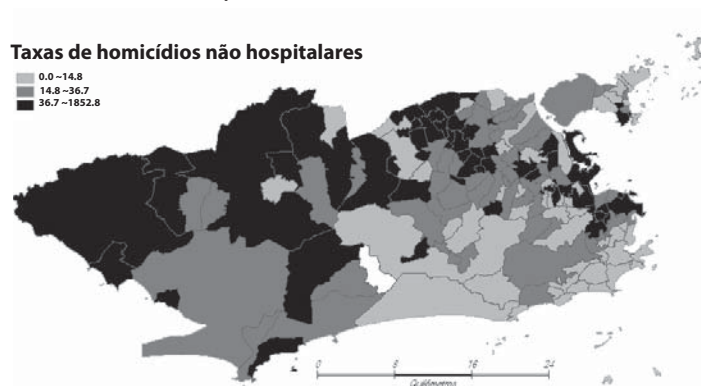
Os bairros que concentram as vítimas de homicídio

Geralmente, as ocorrências têm lugar em bairros limítrofes ou nos mesmos bairros em que as vítimas residem. Isso tem a ver com as características socioeconômicas tanto das vítimas como desses lugares.

Apesar de ser um nível maior e mais heterogêneo que o do “setor censitário”, a identificação das mortes por bairro, quando superposta às residências das vítimas georreferenciadas por setor censitário, contribui para visualizar padrões geográficos de acontecimento dos eventos letais. Certas áreas constituem-se em lugares de concentração de violência e seus moradores são identificados como criminosos pelos habitantes de outras áreas da cidade (MACHADO DA SILVA, 2004; MACHADO DA SILVA e RIVERO, 2005).

Como foi mostrado na seção anterior, há correlação entre a área e o bairro de residência da vítima de homicídio e a área e o bairro em que a morte ocorre no universo georreferenciado. As ocorrências de morte não têm endereços precisos, sendo muito difícil a identificação pontual do local. Portanto, nesse caso a unidade geográfica estudada foi o *bairro*, menor nível de agregação. Porém, em se tratando do *local de ocorrência do óbito*, o estudo de áreas maiores pode captar melhor o fenômeno, pois muitas vezes a morte ocorre em lugar mais distante do local da ocorrência. Comprovou-se também a existência de distorções produzidas pelos bairros com maior infraestrutura hospitalar, onde as ocorrências dos óbitos estão sobre-representadas. A seguir, o mapa com as taxas de ocorrências de homicídio por bairro para o período 2002 a 2006, sem contabilizar as mortes hospitalares:

Taxa de homicídio (ocorrências não hospitalares) por bairro - 2002-2006



Fonte: Microdados DataSUS, Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Elaborado pela autora

Nesse mapa, foram consideradas as taxas médias de ocorrência de homicídios (média do número de mortes no período sobre população estimada para 2004 para cada bairro⁶ por 100 mil habitantes). Os bairros com altas taxas são aqueles que combinam taxas elevadas com grandes proporções de mortes para o período estudado. Foram desconsiderados bairros em que a escassa população afeta fortemente a taxa, gerando distorção no percentual. As taxas mais elevadas (cor escura) aparecem esparsas no mapa e os bairros que concentram ocorrências de homicídios são mais concentrados⁷.

Favelas e mortes violentas: uma relação no espaço

A relação entre mortes violentas e favelas não é facilmente identificável. Segundo os dados disponíveis, só 7,2% das ocorrências dos óbitos georreferenciados provêm de favelas, enquanto entre a população total do município do Rio de Janeiro a porcentagem de pessoas que mora em setores subnormais é 17,7% (CENSO 2000, IBGE). A definição censitária de setor subnormal parece não ser de muita utilidade quando se trata de localizar as ocorrências das vítimas, talvez porque ainda haja disparidade entre esta definição e as favelas⁸. Há também problemas de sub-representação das ocorrências nesses setores, já que só foi identificado o lugar de ocorrência do óbito e não do evento e pela dificuldade para localizar os endereços das vítimas que moravam em favela.

As análises mostram que as Áreas de Concentração das Vítimas de homicídios por residência (ACVs) coincidem com as áreas de favelas ou são próximas destas. Para determinar a superposição com os locais de ocorrência, os pontos de concentração de vítimas por residência foram visualizados a partir da razão de *kernel*, identificando-se depois as áreas de influência das ocorrências de morte com a aplicação do *buffer* de um raio de um quilômetro em volta das favelas que pertencem às áreas. Superpuseram-se as superfícies que ocupam as favelas e os bairros com maior concentração de vítimas de homicídios residentes e foram identificados por meio do *buffer* os bairros e as favelas que ficam dentro do raio de influência das favelas pertencentes às áreas de concentração de vítimas. Foram superpostas essas áreas à distribuição das ocorrências por bairro quantificadas em taxas com o objetivo de observar a proximidade dos locais de residências de vítimas e de ocorrência dos crimes, como aparece no seguinte mapa:

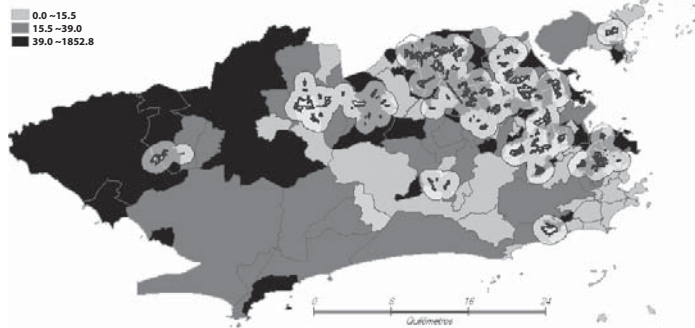
6 Projeção da população por bairro para 2004, realizada por Imanishi, com referência no estudo de Camarano et. al. (2004).

7 Existem outras técnicas para suavizar o efeito das taxas e identificar áreas de concentração de violência, incluindo o caso de o bairro é a unidade geográfica, como é o caso da construção da Taxa Bayesiana de homicídios, que focaliza os efeitos dos homicídios a determinados bairros (BEATO, 2001). Porém, esta metodologia não ajuda a identificar “conglomerados estatisticamente significativos”, como foi feito com a concentração das vítimas por residência utilizando o *kernel*. Por esse motivo, optamos por trabalhar com as taxas anuais médias e depois superpor a identificação dos conglomerados feita pela análise de *kernel* para as residências das vítimas, como veremos a seguir.

8 Estudo realizado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) em 2006 constatou que a área ocupada pelas favelas cadastradas pela Prefeitura coincide bem com a dos aglomerados subnormais em 72% dos setores censitários e representa 80% da população residente nos aglomerados subnormais cariocas (IPP, 2006).

Homicídios por bairro de ocorrência e favelas em áreas de concentração de vítimas - Rio de Janeiro (2002-2006)

Taxa de ocorrência de homicídios



Fonte: Microdados DataSUS, Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; arquivo favelas, IPP (2005). Elaborado pela autora

Observa-se que há superposição e proximidade entre as áreas em que residem as vítimas e os locais onde ocorrem as mortes por homicídio e as favelas. Os bairros que têm taxas de ocorrências elevadas (na cor mais escura) e não pertencem às áreas de residência das vítimas, são os que têm taxas distorcidas. O mapa captou as favelas que estão no interior ou no entorno das áreas de concentração de vítimas de homicídio por residência. Apesar de nem todas as favelas estarem superpostas aos bairros com maiores taxas de homicídio por ocorrências, na maioria dos casos essas favelas são próximas desses bairros. Quando se trata dos bairros com as maiores taxas, refere-se àquelas taxas do último quantil (de mais de 39 homicídios para cada 100 mil habitantes), já que estão agrupadas em quantis, conforme aparecem no mapa, cada um deles reunindo 73 bairros. À exceção dos bairros cujas taxas estão distorcidas, os bairros com altas taxas de homicídios costumam ter concentração de favelas que estão próximas dos locais de residência das vítimas.

Das 751 favelas identificadas, 444 pertencem às áreas de concentração das vítimas de violência e às áreas de influência definidas pelo *buffer*. As favelas compreendidas sob essas áreas abrangem quase 60% do total de favelas registradas para a cidade do Rio de Janeiro pelo sistema Sabrem/IPP em 2005. Por outro lado, segundo constatado pela mesma fonte, entre essas favelas que concentram os homicídios, estão as mais densamente povoadas e também as

mais antigas da cidade, criadas até 1950. Portanto, pode-se afirmar que há superposição entre o local de residência das vítimas de homicídio, as favelas, e entre estas e os bairros onde se registram as maiores taxas de ocorrência de homicídios.

Além disso, sob o raio de influência das favelas das ACVs, podemos ter favelas em bairros que não têm quase ocorrências por motivos de isolamento geográfico, como aquelas que se encontram situadas em áreas de mato ou quase rurais. Essas favelas, menores e mais novas, podem não pertencer ao epicentro das áreas de vitimização e violência, mas muitas vezes são conhecidas por albergarem cemitérios clandestinos ou por estarem submetidas ao controle do tráfico ou das milícias e serem locais igualmente violentos.

Concentração de vítimas e mortes por uso da força policial

Observando-se a distribuição das taxas de “autos de resistência” no mapa, encontram-se algumas relações:

Taxa autos de resistência por AISP no Município do Rio de Janeiro - 2006



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Elaborado pela autora

Segundo dados obtidos do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, a distribuição dos autos de resistência se mantém constante em todo o período analisado. Por esse motivo, o mapa da distribuição do ano 2006 é uma imagem que representa o perfil distributivo do período. Nas AISPs 2 e 19, que incluem os bairros da Zona Sul da cidade (AP2 e AP4), as taxas de morte de

civis pela polícia estão entre as mais baixas. As taxas são ainda menores quando observadas as AISP's 31 e 39, com taxas próximas a zero e que pertencem às AP's 4 e 5 respectivamente. Nesse caso, pode haver relação com o nível socioeconômico das Áreas de Planejamento às quais essas correspondem, sendo compostas na sua maioria por estratos de classe média e alta (ver Tabela 1). Também essas AISP's têm taxas de homicídios bastante baixas se comparadas com as das outras áreas. As menores taxas de morte de civis pela polícia nessas áreas poderiam ser explicadas pelo papel diferenciado que desempenha a polícia ao lidar com setores ricos da população, em comparação aos mais pobres. Esse comportamento diferenciado pode ser atribuível a várias causas, que vão desde práticas menos violentas por parte da polícia nessas áreas mais abastadas até a existência de segurança privada contratada por essa população. Provavelmente, o fato de se tratar de pessoas que conhecem sua condição cidadã e têm possibilidades de acionar os mecanismos legais para aplicá-la pode estar inibindo a ação violenta de polícia.

Na AISP 39, a taxa de “autos de resistência” é muito baixa (2,0 em 100 mil habitantes) e a taxa de homicídios é relativamente alta (48,8 em 100 mil habitantes) se comparada às taxas médias gerais do município (43,6 homicídios intencionais). Mas nas AISP's 1, 9, 16 e 22, que compreendem áreas de favelas e setores pobres da população, há elevadas taxas de autos de resistência. Confirma-se que no geral as áreas e bairros com maior concentração de autos de resistência são também aquelas que têm as maiores taxas de homicídios, e principalmente aqueles bairros mais populares e densos demograficamente da Zona Norte do Rio, como também a área do Centro, onde há mais circulação de pessoas de diversos estratos sociais. Os autos de resistência coincidem também com bairros que albergam favelas grandes e populosas.

Deve-se chamar a atenção para o fato de o Rio de Janeiro ter registrado desde 1998 até 2008 uma maior proporção e número de autos de resistência por ano, o que tem chamado a atenção de organizações de direitos humanos e da opinião pública, como mostra a pesquisa de vitimização realizada em 2007, segundo a qual 70% da população entrevistada não têm confiança na atuação da polícia (ISP, 2007). Entre os proble-

mas, destaca-se que a ação da polícia nessas áreas não diferencia criminosos e moradores de favelas, cobrando assim mais vítimas das que se deveria (RIVERO, 2005; MACHADO DA SILVA, 2008). A ação de (in)segurança da cidade acentua a falta de cidadania das populações mais pobres no Rio de Janeiro:

[S]ugere também que a truculência (além da corrupção) policial se relaciona com a delegação das camadas mais abastadas para que a corporação realize, a qualquer custo e sem controle público, o esperado afastamento das “novas classes perigosas” em que se constituem atualmente os moradores dos territórios da pobreza (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 16).

Em síntese, o número de autos de resistência na cidade é elevado e registrou crescimento permanente no período estudado, chegando a ter o seu número mais elevado em 2007, ano a partir do qual começa a cair (ISP, 2010). Da mesma forma que com os homicídios dolosos, não é possível afirmar a partir da recente queda qual será a tendência. O padrão de distribuição geográfica das mortes de civis por policiais é similar ao de distribuição de homicídios, atingindo quase as mesmas áreas. Também coincide com os lugares de favelas e locais próximos que concentram residências e ocorrências de vítimas de homicídio como mostram os mapas.

Considerações finais: homicídios, mortes por polícia e favelas

Em primeiro lugar, constatou-se que há realmente uma forte concentração das vítimas em alguns bairros e/ou favelas e que existe uma proximidade entre os lugares em que as vítimas residiam e o lugar no qual foi registrada a ocorrência da morte. Mesmo se tratando de mortes registradas em centros hospitalares, geralmente elas têm lugar em centros emergenciais que pertencem à área em que também reside a vítima. Foi comprovado ainda que quando a distância entre local de residência da vítima e de ocorrência do óbito é medida considerando o bairro

em que a vítima residiu e o bairro em que morreu a superposição é menor (r de Pearson = 0,27), e quando é analisada a Área de Planejamento, a superposição entre esses dois dados é muito maior ($r = 0,79$). Portanto, embora a maioria das mortes não ocorra no bairro em que residia a vítima, elas ocorrem em bairros próximos ou limítrofes a estes.

Considerando as áreas de concentração de vítimas de homicídio por residência e sua área de influência, traçada a partir do raio de um quilômetro (pelo *buffer*) em torno das favelas que integram essas áreas, a maioria das favelas da cidade (60%) pertence às áreas identificadas como de concentração de residência de vítimas e seu raio de influência, e estão superpostas aos bairros com as maiores taxas de homicídios. Além disso, do total de ocorrências de homicídios cujas vítimas tinham a residência georreferenciada, 68% são vítimas de homicídio cuja ocorrência se deu no interior dessas áreas e adjacências (pertencem ao raio de influência das favelas das áreas de concentração de vítimas). A partir desses dados, pode-se adiantar que a maior parte da vitimização por homicídio assim como da ocorrência criminal de mortes letais encontra-se em áreas de favelas ou próximas às favelas. Portanto, existe segregação urbana pela violência e os homicídios tendem a se concentrar em favelas e em bairros e áreas em que habitam os estratos mais pobres. Trata-se de uma intuição relativamente estabelecida no senso comum, mas este estudo contribui com a comprovação empírica desse fato, por meio do georreferenciamento das residências das vítimas por setor censitário e da superposição destes dados ao mapeamento das taxas acumuladas de ocorrências.

No entanto, não são todas as favelas que concentram vítimas, senão aquelas mais antigas e mais densamente povoadas. Isso pode querer indicar que nesses locais o tráfico de drogas já se estabeleceu, criando as suas redes internas e com o resto da cidade. Portanto, qualquer política que possa ser aplicada deve saber diferenciar as favelas de acordo com essas características.

Há alguns locais que concentram particularmente as ocorrências criminais e coincidem com as áreas de concentração dos homicídios, como a AP3 ou Zona Norte, a AP5 ou Zona Oeste, e a AP1 ou Zona Centro. Aspectos como a concentração urbana por área estão incidindo no adensamento das vítimas de homicídios. Mas parece haver características urbanas que isolam algumas áreas e que vinculam outras, como a rede viária, rodovias, metrô e ferrovias na cidade, que em alguns casos contribuem para a concentração da violência em locais e em outros casos isolam a violência por local. Demonstrou-se também que áreas mais isoladas, mesmo quando há favelas, tendem a apresentar menores taxas de ocorrências de homicídios.

Efetivamente, há favelas que não pertencem às áreas de concentração de vítimas e representam, segundo os cálculos, 40% das favelas da cidade. Com menor densidade populacional, surgiram mais recentemente e estão mais isoladas das principais rodovias e localizadas em áreas “urbanas não consolidadas” (segundo definição do Sabrem/IPP). Por outro lado, apesar de os óbitos por agressão dizerem respeito a vítimas residentes em favelas e bairros populares, no caso do Centro, as vítimas também são moradores de bairros próximos de classe média. Esses casos merecem uma análise mais aprofundada e poderão ser agenda de estudos futuros, incentivando a produção de pesquisas espaciais sobre crimes que envolvem outras camadas da população.

Os motivos pelos quais os moradores de favelas em geral não são diferenciados dos criminosos e de grupos de traficantes armados que controlam territórios de favelas estariam relacionados à concentração de vítimas e à ocorrência de homicídios nesses locais, como foi mostrado aqui. Teriam ligação com um tipo de “cidadania de geometria variável” que reflete a forma de integração específica entre Estado e sociedade no Brasil, reproduzindo a desigualdade social e política entre os atores sociais em conflito (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008, pp. 53-55).

A visão que está desenhada neste artigo é a de que a dinâmica criminal, apesar de estar focalizada em alguns pontos da cidade, envolve de uma forma ou outra o conjunto dos setores sociais e áreas da cidade. E que a repressão policial com base na letalidade aplicada nas favelas não tem resolvido o problema. A Pesquisa de Vitimização (ISP, 2007) mostra que a maioria da população da cidade está em desacordo com a ação violenta da polícia e se sente ameaçada por esta. Estudos qualitativos como o realizado por Machado da Silva (2008) comprovam que uma parcela da população de favela não é contrária à ação repressiva de polícia, senão mais a sua imprevisibilidade e brutalidade. Os achados apresentados neste artigo podem apontar para ações de polícia que considerem a focalização por área e o uso da inteligência assim como estratégias integradas em diversas áreas da cidade.

Referências

- ADORNO, Sergio et al. (2007), Terceiro Relatório Nacional Sobre os Direitos Humanos no Brasil (2002-2005). São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência/Universidade de São Paulo. Disponível (on-line) em: <http://www.iea.usp.br/3relatoriodireitoshumanosbr.pdf>
- ARENDT, Hannah. (2009), Sobre a violência. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BEATO FILHO, Claudio et al. (2001), Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. Caderno de Saúde Pública, Vol. 17, nº 5, pp. 1163-1171.
- BIRMAN, Patrícia. (2008), “Favela é comunidade?”. Em: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). Vida sob o cerco: Violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Faperj.
- BURGOS, Marcelo Baumann. (1999), “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. Em: ZALUAR, Alba [e] ALVITO, Marcos (orgs). Um século de favela. Rio de Janeiro, FGV.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2000), Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, 34.
- CAMARANO, Ana Amélia et al. (2004), Tendências demográficas do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPP.
- CANO, Ignacio [e] SANTOS, Nilton. (2001), Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil. Rio de Janeiro, 7letras.
- CAVALLIERI, Fernando [e] OLIVEIRA, Soraya. (2006), A melhoria das condições de vida dos habitantes de assentamentos precários no Rio de Janeiro: Uma avaliação preliminar da Meta 11 dos Objetivos do Milênio. Rio de Janeiro, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
- CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA (CESEC). (2010), Estatísticas de segurança: Evolução e comparações. Disponível (on-line) em: http://www.ucamcesec.com.br/est_seg_evol.php

DANTAS, Pedro. (04/06/2008), “Preso o número 2 da milícia da Favela do Batan, no Rio: Segundo delegado do Draco, miliciano David Liberato de Araújo participou da tortura aos jornalistas do ‘O Dia’”. O Estado de S. Paulo, Brasil. Disponível (on-line) em: http://www.estadao.com.br/cidades/not_cid183857,0.htm.

DIRK, Renato C. (2007), Homicídio doloso no Estado do Rio de Janeiro: Uma análise sobre os registros de ocorrência da polícia civil. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Estudos Populacionais e Pesquisa Social, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE. (2005), Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Relatório nº 9. Rio de Janeiro. Disponível (on-line) em: <http://www.sectran.rj.gov.br/pdtu.asp>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2000.

INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS (IPP); SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. (2005), Indicadores ambientais da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPP.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). (2009), Boletim de monitoramento e análise: Dados oficiais do Rio de Janeiro, Capital. Disponível (on-line) em: http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/200912capital.pdf.

_____. (2007), Pesquisa de condições de vida e vitimização 2007, Rio de Janeiro. Disponível (on-line) em: <http://www.isp.rj.gov.br>

_____. (2006), Boletim Mensal de Monitoramento e Análise. Dados oficiais do Rio de Janeiro, Ano 4, nº 39, fevereiro de 2007 (mês base: dezembro de 2006). Nupesp/Faperj. Disponível (on-line) em: <http://www.isp.rj.gov.br>.

KHAN, Túlio. (2005), Indicadores em prevenção municipal de criminalidade. Em: SENTO-SÉ, João Trajano (org). Prevenção da violência: O papel das cidades (Coleção Segurança e Cidadania). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LAUTIER, Bruno. (1997), “Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal”. Contemporaneidade e Educação, Vol. 2, nº 1.

LEITE, Márcia Pereira. (2008), “Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: Percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas”. Em: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

_____. (2005), Violência e insegurança nas favelas cariocas: O ponto de vista dos moradores. Estudos de Política e Teoria Social, nº 13.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2008), “Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública”. Em: Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

_____. (2006), Favela, crime violento e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ibase/Observatório da Cidadania.

_____. (2004), “Sociabilidade violenta: Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. Sociedade e Estado, Vol. 19, nº 1.

_____. (2004), “Solidariedade e sociabilidade violenta: Verso e reverso da ‘moeda’ memória. Favela tem memória”. A memória das Favelas, Comunicações Iser, nº 59, Ano 23.

_____. [e] LEITE, Márcia Pereira. (2008), “Violência, crime e polícia: O que os favelados dizem quando falam desses temas?” Em: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

_____. [e] RIVERO, Patricia S. (2005), Polícia e crime violento nas favelas do Rio: Percepções e efeitos sobre as rotinas dos moradores. Paper apresentado no 29º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Caxambu, Minas Gerais, Brasil.

- MESQUITA NETO, Paulo. (2002), II Relatório nacional sobre os direitos humanos no Brasil. São Paulo, Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos. Disponível (on-line): http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/nacionais/ii_relatorio.htm
- MIRANDA, Ana Paula (coord). (2005), Avaliação do trabalho policial nos registros de ocorrência e nos inquéritos referentes a homicídios dolosos consumados em áreas de Delegacias Legais. Relatório Final de Pesquisa ISP/Anpocs/Senasp. Rio de Janeiro, Instituto de Segurança Pública. Disponível (on-line) em: <http://www.isp.rj.gov.br>
- _____; AZEVEDO, Ana Luísa Vieira [e] SENTO-SÉ MELLO, Kátia (coords). (2007), Instituto de Segurança Pública: Balanço das incidências criminais e administrativas no estado do Rio de Janeiro (1º semestre de 2007). Disponível (on-line) em: <http://www.isp.rj.gov.br>
- MISSE, Michel. (1995), “Violência e participação política no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, Iuperj, Série Estudos, nº 91, pp. 23-39.
- PERALVA, Angelina. (2000), Violência e democracia: O paradoxo brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PHEBO, Luciana. (2005), Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. Em: FERNANDES, Rubem Cesar (org). Brasil: As armas e as vítimas. Rio de Janeiro, 7Letras.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org). (2004), Metrôpoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo e Rio de Janeiro. Fundação Perseu Abramo/Fase/Observatório das Metrôpoles.
- RIVERO, Patricia S. (2005), O mercado ilegal de armas de fogo na cidade do Rio de Janeiro. FERNANDES, Rubem Cesar (org). Brasil: As armas e as vítimas. Rio de Janeiro, 7Letras.
- RODRIGUES, Rute Imanishi. (2009), Áreas de concentração das vítimas da violência no município do Rio de Janeiro: Características territoriais e domiciliares. Em: RODRIGUES, Rute Imanishi [e] RIVERO, Patricia S. Indicadores de proteção e risco para a instrumentação de políticas públicas em favelas. Relatório de Pesquisa (mimeo não publicado). Rio de Janeiro, Faperj/Ipea.

- SANTOS, Simone M. et al. (2001), Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996. Caderno de Saúde Pública, Vol. 17, nº 5, pp. 1141-1151.
- SOARES, Bárbara Musumeci et al. (2003), Base Nacional de Estatísticas Criminais – Análise e Avaliação. Rio de Janeiro, CESeC.
- SOARES, Gláucio Ary. (2008), Não matará: Desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro, FGV.
- SOARES, Luiz Eduardo. (2006), Segurança tem saída. Rio de Janeiro, Sextante.
- SOUZA, Edinilsa Ramos de; ASSIS, Simone Gonçalves de [e] SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. (1997), “Violência no município do Rio de Janeiro: Áreas de risco e tendências da mortalidade entre adolescentes de 10 a 19 anos”. Revista Panamericana de Salud Pública, Vol. 1, nº 5.
- WACQUANT, Loïc. (2008), As duas faces do gueto. São Paulo, Boitempo.
- WASELFISZ, Jacob. (2008), Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008. Brasília, Ritla.
- UNESCO. (2005), Relatório vidas poupadas (setembro de 2005). Ministério da Justiça e Ministério da Saúde. Disponível (on-line) em: www.rolim.com.br/2002/_pdfs/vidas_poupadas.pdf.